

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2017



COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

CARTA DO PRESIDENTE

Aos associados,

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos a sua apreciação o Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis da Cooperativa Aliança – Cooperaliança. Esse documento foi elaborado conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Demonstração do Fluxo de Caixa e, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Balanço Patrimonial Regulatório.

A apresentação e dados contidos nesse relatório quer trazer uma divulgação transparente aos nossos associados, consumidores, parceiros, órgãos de regulação e toda sociedade em geral. Além disso, o presente documento tem por obrigação direcionar as ações realizadas daqui em diante, visando aumentar ainda mais os resultados e proporcionar a melhoria na qualidade do serviço da cooperativa em todos as esferas.

Como parte do cumprimento da legalidade e sob supervisão da Aneel, divulgamos a Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, às quais poderão ser analisadas posteriormente.

Encerramos o exercício 2017 com a sensação de dever cumprido em todos os sentidos e, em especial, gratos pela redução tarifária conquistada no mês de agosto do último ano. Com esse feito, seguimos buscando fazer o que nos é de missão: auxiliar o desenvolvimento, com distribuição de energia e agora preço justo.

Com a certeza de que o ano de 2018 será positivo, mais uma vez, agradeço a cada um!

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o processo de revisão tarifaria, do ano de 2017. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de (24,93) negativo sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 29 de agosto de 2017 a 28 de agosto de 2018. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 2.292, de 22 de agosto de 2017, e nota técnica nº 250/2017 – SGT/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

Capítulo II

Das Sociedades Cooperativas.

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

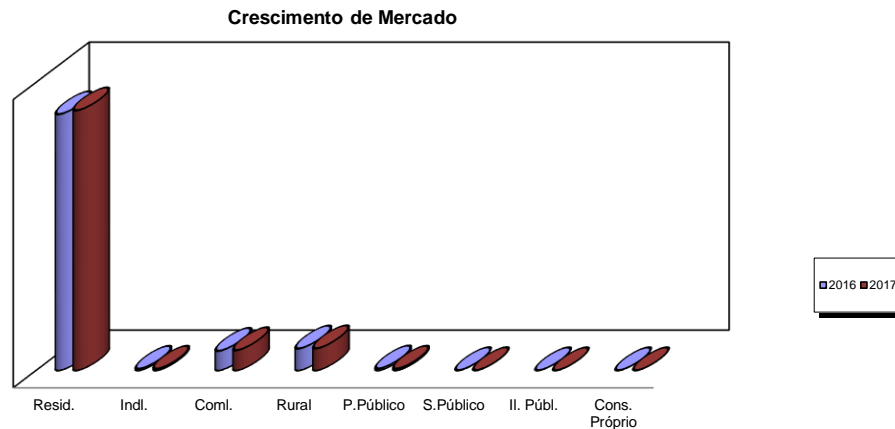
A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 37.096 consumidores cativos e 06 consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

Em 2017, a Cooperaliança registrou um crescimento de 1,49% em seu número de consumidores, e uma redução na distribuição de energia elétrica em MWH de 4,29.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 1,49% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2017	2016	%
Residencial	31.583	31.114	1,51
Industrial	183	176	3,98
Industrial (Parcialmente livre)	06	11	(45,45)
Comercial	2.441	2.362	3,34
Rural	2.664	2.646	0,68
Poder Público	196	221	(11,31)
Iluminação Pública	04	04	-
Serviço Público	18	16	12,50
Consumo Próprio	07	07	-
TOTAL	37.102	36.557	1,49



2.3 Distribuição direta por classe de consumo

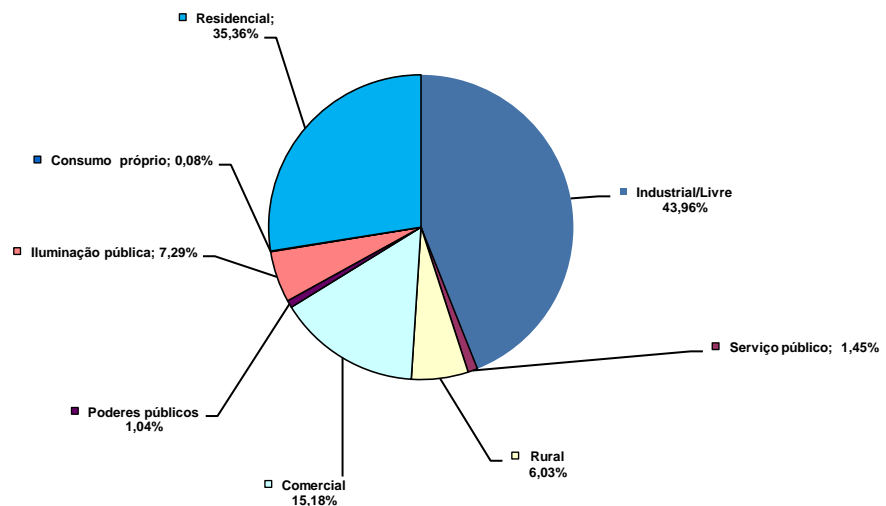
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2017 foi de 153.633MWH e no mercado livre 46.344 MWH registrando um aumento no mercado da concessionária de 8,36% em relação a 2016.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram as classes Comercial, Consumidores Livres e Residencial.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2017	2016	%
Residencial	55.009	52.292	5,20
Industrial	41.569	46.270	(10,16)
Consumidores Livres	46.344	36.662	26,41
Comercial	30.359	23.489	29,25
Rural	12.054	11.261	7,04
Poderes Públicos	1.548	1.536	0,78
Serviços Públicos	2.065	2.146	(0,04)
Iluminação Pública	10.902	10.774	1,19
Consumo Próprio	127	117	8,55
TOTAL	199.977	184.547	8,36

CONSUMO POR CLASSE



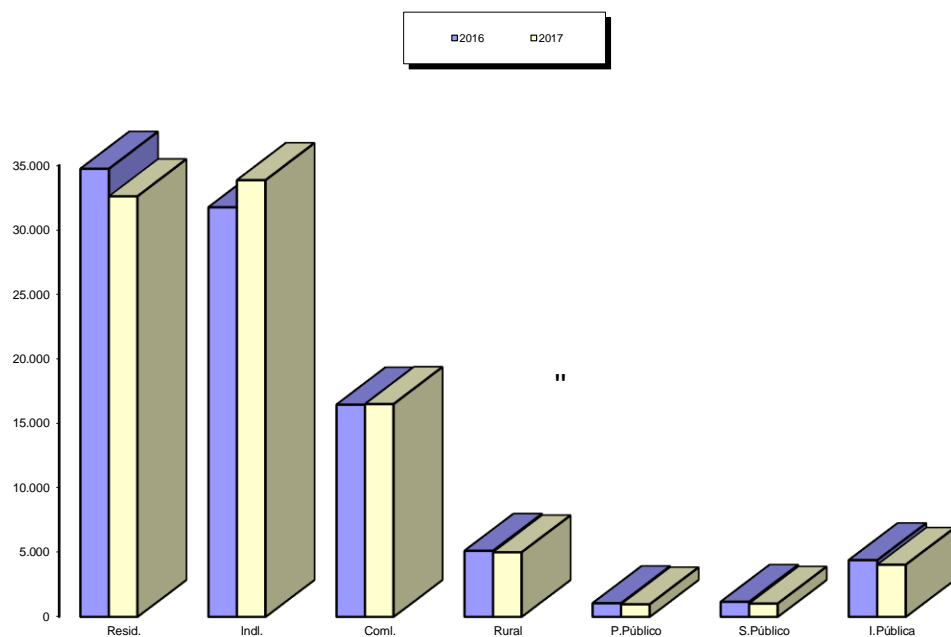
2.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 71.240 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2017	2016	%
Residencial	32.593	34.720	(6,13)
Industrial	21.350	31.747	(32,75)
Comercial	16.519	16.477	0,25
Rural	5.018	5.136	(2,30)
Poderes Públicos	973	1.061	(8,29)
Iluminação Pública	4.053	4.406	(8,01)
Serviço Público	1.029	1.170	(12,05)
Consumidores Livres	12.490	4.967	151,46
Fornecimento – Diferimento ou Devolução	(380)	-	-

Renda não faturada	(1.162)	1.201	(196,75)
Sub-Total	92.483	100.885	(8,33)
Serviços	328	311	5,47
Doações, Contribuições e Subvenções	10.962	4.170	162,88
Sub-total	103.773	105.366	(1,51)
ICMS	(22.366)	(22.618)	(1,11)
PIS/COFINS	(711)	(677)	5,02
ISSQN	(36)	(25)	44
Encargos do consumidor			
RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(8.363)	(15.462)	(45,91)
Ultrapassagem de demanda e reativos	(1.057)	(332)	218,37
TOTAL	71.240	66.252	7,53

RECEITA LÍQUIDA



2.5 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2017, foi de R\$ 396,43 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2017	2016
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	469,82	556,11
Industrial	363,02	439,55
Comercial	439,19	521,61
Rural	322,62	379,38
Poder Público	478,23	562,24
Serviço Público	353,88	408,57
Iluminação Pública	255,68	306,76
Consumo Próprio	299,80	247,95
MÉDIA	396,43	480,21

2.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	6,61	4,60	5,44	4,17	0,63	0,67

2.7 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2017, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Início da implantação do sistema remoto para atendimento de solicitação (COD RT);
- Aquisição e instalação de um servidor para o P&D;
- Implantação de sistema para monitoramento remoto de medição;
- Instalação de um link de internet para disponibilização no auditório e recepção;
Aquisição de roteadores e ampliação do sinal wi-fi da empresa;
- Ativação da fibra ótica no atendimento do Balneário Rincão;
- Aquisição e início da implantação do sistema Indicadores.

2.8 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que

é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

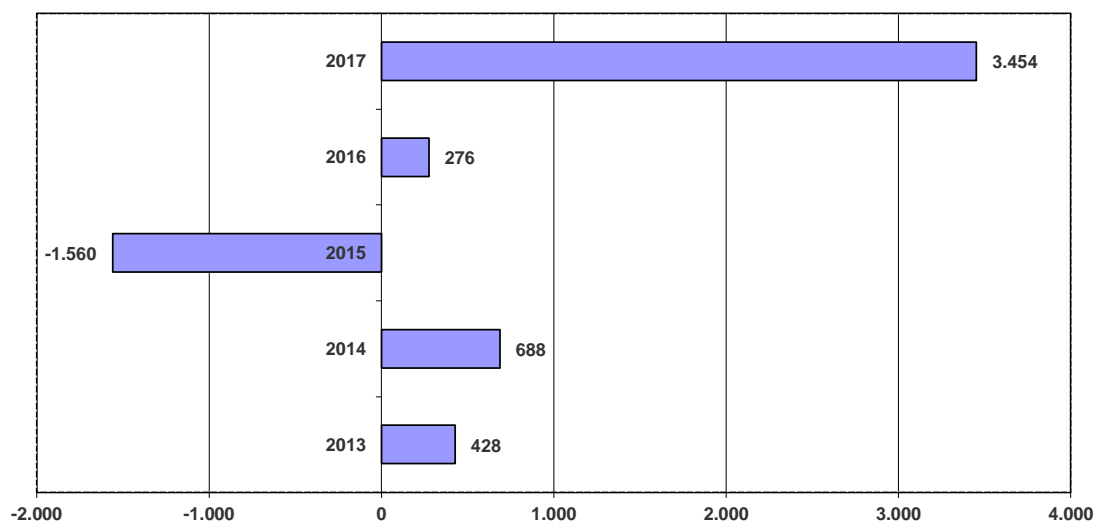
2.9 Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, as sobras do exercício foram de R\$ 3.454 mil, contra R\$ 276 mil de 2016 o que representou um aumento de 1.151%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2017, R\$ 71.240 mil, enquanto em 2016 o resultado foi de R\$ 66.252 mil, representando um aumento de 7,53%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2017 foi de 69.081 mil contra 69.301 mil em 2016 representando uma redução de 0,32% isso ocorreu principalmente pela redução no custo de aquisição da energia elétrica para revenda.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução à seguir:



2.10 Investimentos

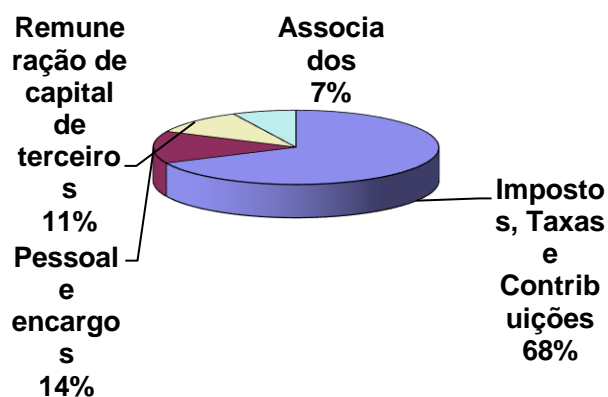
Em 2017, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 4.159 mil, 11,46% menores em relação a 2016, conforme segue:

Investimentos - R\$ mil			
	2017	2016	%
Obras de Distribuição	4.159	4.503	(7,64)
Instalações Gerais	20	89	(77,53)
Veículos	58	168	(65,48)
Intangível	5	31	(83,87)
TOTAL	4.242	4.791	(11,46)

2.11 Valor adicionado

Em 2017, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 47.978mil, representando 46,23% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.13 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da concessionária era de R\$1.463milhões, composto por 1.463.570 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2016	36.565	1.406
Total de associados em Dez/2017	37.623	1.463

2.14 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

Capítulo VII

Do Capital Social.

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

2.15 Atendimento aos associados e consumidores

Os associados e consumidores da Cooperaliança possuem vários canais de atendimento, e conforme sua necessidade, nem é preciso sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um tele atendimento 24 horas, uma ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

Atendimento Comercial: O consumidor da Cooperaliança que necessitar de atendimento pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Lçara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante os seguintes horários: das 7h45min às 12 horas e 13h30min às 18 horas, assim como nos demais setores.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal – 148, Zona Norte. O atendimento é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. Em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D'água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

O tele atendimento da Cooperaliança funciona 24 horas (através do 0800 48 4040), em horário comercial são realizados atendimentos emergenciais, problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Em horário de Plantão, apenas atendimentos relacionados à interrupção de energia, solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Através dele, podendo acompanhar seu histórico

de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2º via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores/Associados.

3.2 Recursos Humanos

Em 2017 a concessionária investiu R\$ 36 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2017	2016	%
Número de consumidores	37.102	36.546	1,52
Número de empregados	104	97	7,22
Número de consumidores por empregado	357	377	(5,30)
Número de postos de atendimento	04	04	-

3.5.2 Mercado

	2017	2016	%
Área de concessão (Km ²)	366	366	-
Demanda máxima (MW)	44,30	43,49	1,86
Distribuição direta (MWH)	199,997	187.547	6,64
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,742	1,681	3,63
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	396,43	480,21	(17,45)
Residencial	469,82	556,11	(15,52)
Industrial	363,02	439,55	(17,41)
Comercial	439,19	521,61	(15,80)
Rural	322,62	379,38	(14,96)
Poder Público	478,23	562,24	(14,94)
Serviços Públicos	353,88	408,57	(13,39)
Iluminação Pública	255,68	306,76	(16,65)
Consumo próprio	299,80	247,95	20,91
DEC (horas) – Conjunto – Içara	6,61	4,60	43,70
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	5,44	4,17	30,46

3.5.3 Dados Operacionais

	2017	2016	%
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição (km)	1.475	1.457	1,24
Capacidade instalada (MVA)	128,50	122,26	5,10

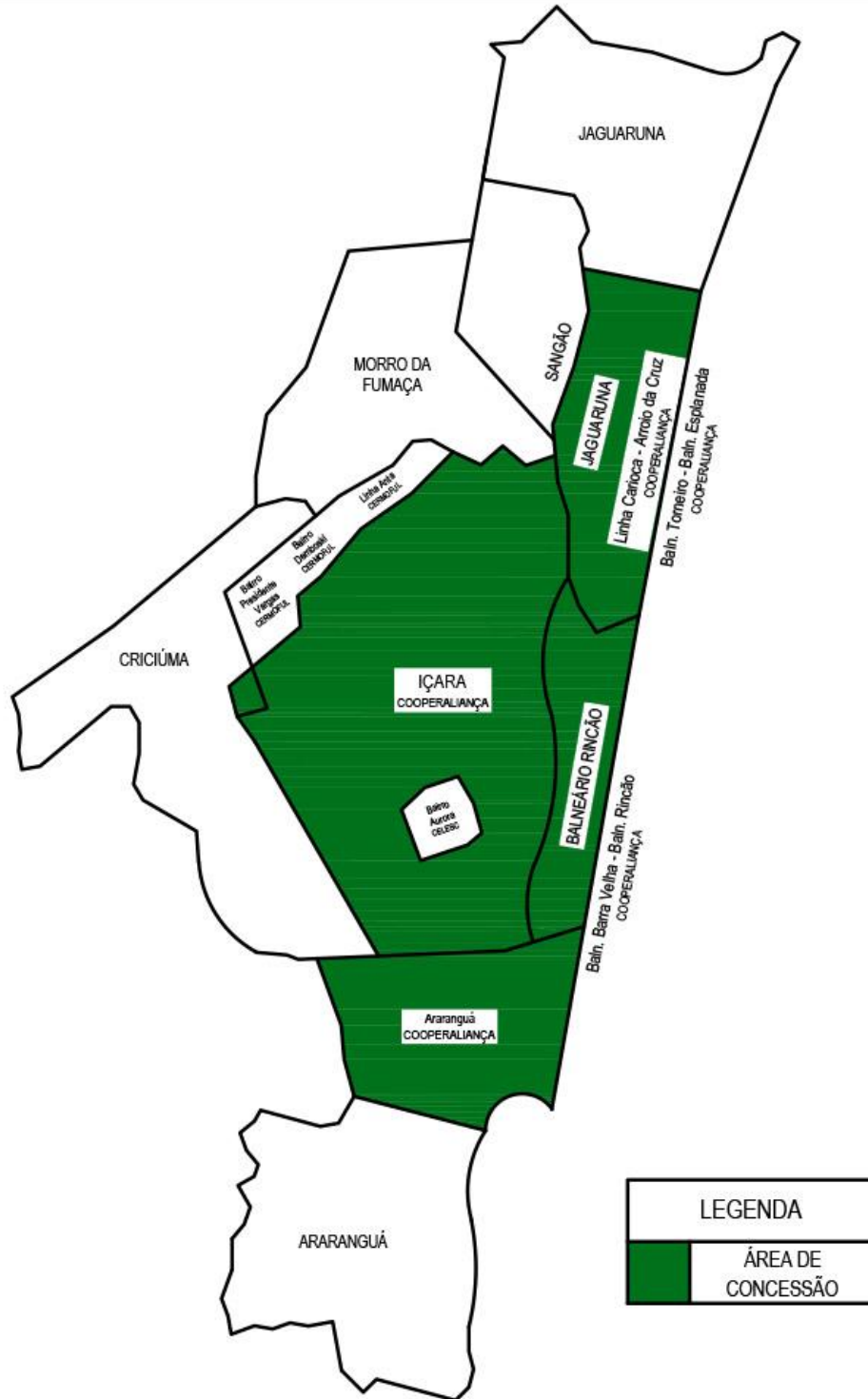
3.5.4 Dados Financeiros

	2017	2016	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	103.773	105.366	(1,51)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	71.240	66.252	7,53
Margem operacional do serviço líquida (%)	6,84	2,13	221,13
Sobras líquidas (R\$ mil)	3.454	276	1.151,44
Patrimônio líquido (R\$ mil)	29.093	25.261	15,17
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,532	1,809	(15,31)
Em moeda nacional (%)	100	100	-

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2017	2016	%
Salário médio dos funcionários em R\$	3.982	4.075	(2,28)
Energia comprada por funcionário em MWH	1,922	1,525	26,03
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,38	4,05	32,84

3.6 Área de concessão



4 Desempenhos Comerciais

4.1 Construções de Redes

Nos quadros abaixo estão relacionadas às localidades que foram realizadas obras divididos por município.

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Poço 03	200	30		
Rio dos Anjos	110		215	
Barracão			240	140
Jaqueline	55			30
Lombas Pedreiras	385		50	
Primeiro de Maio	200		85	
Poço 08	485	640		
Boa Vista	1.095		130	
Sanga Funda	120		255	
Liri	1.220	1800	165	
Raichask	180		50	
Espigão	185			
Rio Acima	140	410	270	
Linha Três Ribeirões	3.770	425	705	400
Linha Esperança	190		205	
Coqueiros	285		475	
3ª Linha	980	980	595	130
2ª Linha	210		4.670	4.200
1ª Linha			260	160
Capri	45			
Vila São José	35			
Vila Nova	860	890	590	450
Jardim Silvana	200			
Jardim Elizabete		200	70	
Jardim Pinheiro			220	

Centro	80	205	410	
Arroio da Cruz		140		
Ronco D' água		25		
Esplanada	200		180	180
Linha do Meio	265			
Linha Pasqualine	120			
Barreira	765	130	155	
Corda Bamba	200		500	
Cristo Rei	1.980	800		
Santa Cruz	245	660		
Rio dos Porcos Sul	440	410	45	80
Vila Alvorada	285		150	
Tereza Cristina			30	
Total em metros	15.530	7.745	10.720	5.570

Município de Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneário Rincão	2.040	490	2.630	
Vila Suíça	180	890	70	
Lagoa do Faxinal	190			
Barra Velha			120	
Lagoa do Esteves	630		745	
Total em metros	3.040	1.380	3.565	

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneária Esplanada	370		590	
Balneário Torneiro	945	450		
Arroio da Cruz	620	950	185	
Total em metros	1.935	1.400	775	

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 20,5 km de Alta Tensão e 10,4 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 15,0 km de Alta Tensão e 5,5 km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Centro	3-112, 5,3-112,5, 3-112,5, 3-112,5,	3-75 p/ 3-112,5
Jardim Elizabete	3-75	
Sanga Funda	3-30,	3-30 p/ 3-45
Linha Esperança	3-30, 3-45, 3-30	
Cristo Rei	3-45, 3-30	
Ronco D´água	3-150	
Liri	3-75, 3-1000, 3-30, 3-75, 3- 225	
Santa Cruz	1-15	
3ª Linha	3-30,	3-45 p/ 3-75
2ª Linha	3-112,5,	
2ª Linha	3-75	
Vila Nova	3-75,	
Poço Três	3-300, 3-45	
Tereza Cristina	3-45, 3-45	
Esplanada	3-30	
Rio Acima	3-30,	3-45 p/ 3-30,
Rio dos Anjos	3-45,	
Rio dos Porcos Sul	3-75, 3-300, 3-300, 3-150, 3- 500	
Rio dos Porcos Norte	3-30,	
Barracão		2-10 p/ 3-30,
Total - Potência	35 transformadores–4492,5 kva	05 transformadores– 87,5 kva

Município de Bal. Rincão		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados
Balneário Rincão	3-75,	3-75 p/ 3-112,5, 3-75 p/ 3-112,5,
Lagoa dos Freitas		3-45 p/ 3-75,
Barra Velha	3-45	
Vila Suíça	3-45, 3-30, 3-75, 3-300	
Lombas Pedreiras	3-30	
Lagoa do Faxinal	3-30,	
Pedreiras		3-112,5 p/ 3-150, 3-150 p/ 3-225,
Total - Potência	08 transformadores – 630 kva	05 transformadores – 217,5kva

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados (KVA)
Linha Carioca		3-30 p/ 3-45
Balneário Esplanada	3-75,	3-45 P/ 3-75
Total - Potência	01 transformadores- 75kva	02 transformador - 45kva

Neste período foram implantadas 44 novas subestações e ampliadas 12 totalizando 56 subestações em postes, aumentando a carga instalada do sistema em 5,54 MVA.

4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão operou com sua Demanda máxima nos meses de janeiro e dezembro onde foram registradas 21,7 MW de demanda máxima, sinalizando obras de ampliação da mesma para o próximo ano.

Realizamos análise do óleo do transformador e inspeções térmicas nos barramentos, chaves e equipamentos, bem como toda manutenção preventiva e corretiva.

4.4 Loteamentos Melhorias

Obras de melhorias nos Bairros e ampliação de cargas, padronização dos circuitos, troca de postes, substituições de condutores nu por cabos multiplexados, melhorando os indicadores de qualidade e continuidade do sistema de distribuição.

4.5 Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica

Transferência 5,5 MW demanda da Subestação Rincão para Subestação Içara, entres os alimentadores RAO 01 e IÇA 02, nas localidades Esplanada, Balneário Esplanada e áreas do município de Jaguaruna.

4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 1.895 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas técnicas e comerciais no sistema de distribuição.

4.7 Iluminação Pública

A Cooperaliança realizou os serviços de iluminação pública no município de Içara. Conforme contrato, os demais municípios ficaram sobre responsabilidade das prefeituras.

4.8 Plantão 24 horas.

A Central de Operação e Distribuição “COD” atendeu a 3.810 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

Os consumidores foram orientados nos procedimentos de instalações elétricas com referência as normas.

4.9 Análise de Projetos Elétricos.

Neste período foram analisados 494 projetos sendo, 427 residências, 48 comerciais, 07 indústrias e 12 loteamentos.

Orientamos os consumidores com relações as normas e procedimentos de segurança nas instalações elétricas, analisando as cargas instaladas na rede de distribuição de energia elétrica com relação á qualidade no fornecimento.

4.10 Balanço Energético - Janeiro/2016 a Dezembro/2016.

Durante o período a Cooperaliança adquiriu da supridora Celesc um total de 219,7 Gwh/ano e distribuiu 199,9 Gwh/ano, totalizando 19,8 Gwh/ano de perdas anuais representando 9,1 %.

4.11 Conclusão:

Realizamos várias obras no sistema de distribuição de energia em atendimentos aos consumidores e ampliação de cargas, melhorando os indicadores de qualidade e continuidade, diminuindo as perdas do sistema de distribuição, com investimentos em novas tecnologias modernizando o sistema de faturamento de energia do grupo “A” com tele medição e fiscalizações nas unidades consumidoras.

A Subestação Rincão apresentou carregamento de 82 % no período de verão, executamos transferência de cargas para subestação Içara para ajustar demanda contratada do sistema de distribuição.

5 Planejamentos de Atividades – 2017

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por nove circuitos e duas Subestações para atendimento dos consumidores.

Com crescimento da demanda e o aumento no consumo, buscamos melhorar os sistemas de distribuição e redução nas perdas com novas tecnologias e manutenções preventivas e corretivas.

Planejando a expansão do sistema de distribuição de energia elétrica em atendimento ao mercado de energia.

Onde podemos destacar os seguintes itens:

5.1 Suprimento de Energia

Os contratos de demanda e energia elétrica para o mercado da Cooperaliança com a supridora Celesc, para os dois pontos de atendimentos, localizado na Subestação no Bairro Jaqueline em Içara.

5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema distribuição de energia elétrica é composto por uma malha de 1.475 km de extensão divididos em 1.489 circuitos de baixa tensão.

Com as necessidades de ampliações de redes e novas cargas para atendimentos aos novos consumidores são necessárias divisão de circuitos, manutenções preventivas, corretivas e inspeções térmicas dos circuitos de distribuição.

Na Subestação Rincão são necessárias manutenções periódicas, inspeções térmicas e análise do óleo do transformador de força.

5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.

Obras de expansão e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica em atendimento ao mercado, possibilitando transferência de cargas entre os alimentadores e melhorando o fluxo de energia elétrica.

As obras abaixo fazem parte da modernização do sistema de distribuição.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	SE Rincão	Alimentador Rao4 Sanga Funda / Vila Nova extensão 2 km	180.000	Ampliações e recondutoramento.
2	SE Rincão	Novo alimentador Rao4 - Sanga Funda / Barracão extensão 5 Km	390.000	Ampliação de cargas
3	SE Içara	Alimentador Liri - extensão 01 Km	120.000	Ampliação de cargas
4	SE Içara	Alimentador Iça 04 – centro de Içara – extensão 1,5 KM	230.000	Ampliação de cargas
5	SE Rincão	Alimentador Rao3 – Barra velha – extensão 2,7 KM	324.000	Ampliação de cargas
6	SE Içara - Rincão	Ampliações / redes nos Bairros	900.000	Ampliações de cargas e divisão de circuitos
	Total		2.144.000	

5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obras que fazem parte das ampliações do sistema de distribuição de energia elétrica necessárias para atendimentos dos novos consumidores e ampliações de disponibilidades de cargas.

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	50	Divisão de circuitos elétrico – recondutoramento - redes baixa tensão	950.000	Instalações de novos transformadores.

1	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	550.000	Manutenções corretivas e preventivas.
	Total		1.500.000	

5.4 Aquisição de Equipamentos

Equipamentos necessários para atendimento ao mercado de energia, conforme resolução da Aneel.

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
50	Transformadores	450.000	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
2.000	Medidores de Energia	450.000	Atender ao crescimento de mercado
Total		900.000	

TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 4.544.000,00 (Quatro milhões quinhentos e quarenta quatro mil reais)

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A MüllerEyng Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2017.

7 AGRADECIMENTOS

A Cooperativa Aliança - Cooperaliança acontece porque diariamente homens e mulheres que se dedicam para oferecer serviço de qualidade. Juntos, por meio do cooperativismo, nos esforçamos para tornar a Aliança um local onde, muito mais do que distribuir energia, se leva benefício para mais de 37 mil unidades consumidoras, nos quatro municípios de sua concessão. Por isso, não podemos deixar de fazer o agradecimento para aqueles que fazem o serviço da cooperativa ser de excelência, unindo profissionalismo e eficiência.

Nossa reverência, em especial, para cada associado e consumidor, combustível de nosso trabalho. É para levar o melhor que nos empenhamos tanto, visando auxiliar no desenvolvimento de nossa região, por meio da energia.

Neste agradecimento, precisamos fazer menção aos nossos fornecedores que suprem nossas necessidades e, conseqüentemente, nos auxiliam a manter o patamar elevado de eficiência. Da mesma forma, à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, responsável pela regulação do nosso trabalho, que com dedicação é parceira e nos trata com seriedade e respeito.

Por fim, queremos aqui lembrar os nossos conselhos de Administração, Fiscal, Consumidores e Delegados, que através de seus integrantes não mediram esforços para colaborar.

A todos, o nosso muito obrigado!

Jorge Rodrigues
Presidente

Cleber Luiz Oliveira da Silva
Secretário

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2017	2016
ATIVO			
Circulante		24.577	23.533
Numerário disponível	5	1.036	1.146
Aplicações no mercado aberto	6	319	304
Numerário em transito	5.1	226	479
Consumidores	7	19.058	18.575
Rendas a receber	8	264	264
Tributos a compensar	9	1.751	1.328
Outros créditos	10	1.590	1.432
Subsídios tarifários e redução tarifária	11	2.207	656
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(4.790)	(3.896)
Estoque	13	130	213
Serviços em curso	14	1.250	590
Despesas pagas antecipadamente	15	17	21
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	16	1.519	2.422
Não Circulante		49.088	47.441
Realizável a longo prazo		2.496	2.493
Tributos a compensar	9	110	137
Consumidores	7	1.406	1.406
Outros créditos	10	79	65
Ativo indenizável (concessão)	19	868	851
Depósitos judiciais	17	33	33
Investimentos	18	2.152	2.145
Intangível	19	44.440	42.803
Participação financeira do consumidor	32	-	-
TOTAL DO ATIVO		73.665	70.974

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2017	2016
PASSIVO			
Circulante		37.886	36.335
Fornecedores	20	18.450	11.829
Folha de pagamento	21	268	233
Tributos e contribuições sociais	22	1.469	3.512
Empréstimos e financiamentos	23	6.087	5.046
Credores diversos	24	2.878	3.824
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	25	2.896	4.853
Obrigações estimadas	26	796	743
Encargos do consumidor a recolher	27	1.394	3.112
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	28	3.206	2.579
Outras contas a pagar	29	442	604
Não Circulante		6.686	9.378
Empréstimos e financiamentos	23	2.138	5.749
Provisões para contingências	31	1.487	1.579
Participação financeira do consumidor	32	3.061	2.050
Patrimônio líquido		29.093	25.261
Capital social	34.1	1.463	1.406
Reservas de capital	34.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	34.3	1.714	1.546
Reservas de sobras	34.4	7.061	6.703
Fundo de assistência técnica educacional e social	34.4	289	85
Reserva para geração de energia	34,4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	34,4	14.920	12.774
Fundo de expansão da sede social	34,4	371	371
Sobras a Disposição da AGO	34.4	1.254	355
TOTAL DO PASSIVO		73.665	70.974

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2017	2016
Receita Operacional		103.773	105.366
Fornecimento de energia elétrica	35.1	33.024	44.578
Uso do sistema de distribuição	35.2	48.510	50.138
Fornecimento não Faturado	35.3	(1.162)	1.201
Fornecimento - Diferimento ou Devolução		(380)	-
Consumidores Livres	35.4	12.491	4.967
Doações, contribuições e subvenções	35.5	10.962	4.170
Serviços e outras receitas	35.6	328	311
(-) Deduções da receita operacional		32.533	39.114
ICMS	36.1	22.366	22.618
PIS-PASEP	36.1	127	120
COFINS	36.1	584	556
ISSQN	36.1	36	25
Encargos do consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	36.2	8.363	15.462
Receitas de Ultrapassagens	36.3	1.057	332
(=) Receita operacional líquida		71.240	66.252
(-) Custo do serviço de energia elétrica		69.081	69.301
Energia elétrica comprada para revenda	37	40.722	43.930
Encargo de uso do sistema de distribuição	38	7.303	4.730
Custo de operação		21.056	20.642
Pessoal e administradores	39	7.856	8.105
Material		897	1.454
Serviços de terceiros		3.356	3.382
Depreciação e amortização		2.538	2.487
Custo de construção		5.373	4.793
Provisões		1.036	420
(=) Sobra/Perda Bruta		2.159	(3.049)
(+) Receitas operacionais		6.423	6.219
Receitas operacionais		6.423	6.219
(-) Despesas operacionais		1.488	930
Despesas gerais e administrativas		468	558
Outras despesas operacionais		1.020	372
(=) Resultado do serviço		7.094	2.240
(+/-) Receita (despesa) financeira		(3.619)	(1.965)
Receitas financeiras	40	1.552	2.234
Despesas financeiras	40	5.171	4.198
(=) Resultado operacional		3.475	276
(=) Sobras/Perdas antes da contr. social e imposto de renda		3.475	276
(-) Contribuição social		8	-
(-) Imposto de renda		13	-
(=) Sobras/Perda do exercício		3.454	276

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	85.178	18.595	103.773
Fornecimento de energia elétrica	25.344	7.680	33.024
Uso do sistema de distribuição	39.622	8.887	48.509
Fornecimento não Faturado	(1.083)	(78)	(1.161)
Cosumidores Livres	12.491		12.491
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	(341)	(39)	(380)
Serviços e outras receitas	207	121	328
Doações, Contribuições e Subvenções	8.938	2.024	10.962
(-) Deduções da receita operacional	25.880	6.653	32.533
ICMS	18.202	4.164	22.366
PIS-PASEP	-	127	127
COFINS	-	584	584
ISS	30	6	36
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	6.806	1.557	8.363
Receita de Ultrapassagens	842	215	1.057
(=) Receita operacional líquida	59.298	11.942	71.240
(-) Custo do serviço de energia elétrica	56.218	12.863	69.081
Energia elétrica comprada para revenda	33.140	7.582	40.722
Encargo de uso do sistema de distribuição	5.943	1.360	7.303
Custo de operação	17.135	3.921	21.056
Pessoal e administradores	6.393	1.463	7.856
Material	730	167	897
Serviços de terceiros	2.731	625	3.356
Depreciação e amortização	2.065	472	2.537
Custo de Construção	4.373	1.001	5.374
Provisões	843	193	1.036
(=) Sobra Bruta	3.080	(921)	2.159
(+) Receitas operacionais	4.482	1.941	6.423
Receitas operacionais	4.482	1.941	6.423
(-) Despesas operacionais	1.211	277	1.488
Despesas gerais e administrativas	381	87	468
Outras despesas operacionais	830	190	1.020
(=) Resultado do serviço	6.351	743	7.094
(+/-) Receita (despesa/financeira)	(2.945)	(674)	(3.619)
Receita financeira	1.263	289	1.552
Despesa financeira	4.208	963	5.171
(=) Resultado operacional	3.406	69	3.475
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	3.406	69	3.475
(-) Contribuição Social	-	8	8
(-) Imposto de renda	-	13	13
(=) Sobras do exercício	3.406	48	3.454

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2017	2015
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	3.454	276
(+/-) Resultado Abrangentes	217	738
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	-	462
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Associados)	177	228
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Terceiros)	40	48
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.671	1.014
RESULTADOS COM TERCEIROS	89	(462)
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	49	(510)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não Associados)	40	48
Base para Destinações Legais e Estatutárias	3.582	1.014
Fundo de Reserva - Art. 46, inc. a - Estatuto Social - 10%	358	101
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	179	51
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	1.791	507
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	89	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.254	355

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária									
	Capital Social	Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros					Saldo a disposição da AGO	Total
				Reserva sobre recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos	Fundo de expansão da sede social			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.377	873	2.107	7.063	1.148	42	12.267	371	-	25.248
Capital Social										
Integralização das Sobras										-
Integralização de Quotas	29									29
Capital a Integralizar										-
Realização de reservas/fundos			(561)	(462)		(7)			738	(292)
Aumento nas reservas										-
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									786	786
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)									(510)	(510)
Destinações estatutárias:				101						101
Fundo de reserva									(101)	(101)
Fates						51			(51)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição							507		(507)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.406	873	1.546	6.703	1.148	85	12.774	371	355	25.261
Capital Social										
Integralização das Sobras	57									57
Integralização de Quotas										-
Capital a Integralizar										-
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas/fundos			(637)			(65)			217	(485)
Aumento nas reservas			805				355		(355)	805
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									3.406	3.406
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)									49	49
Destinações estatutárias:										-
Fundo de reserva				358					(358)	-
Fates						268			(268)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição							1.791		(1.791)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.463	873	1.714	7.061	1.148	289	14.920	371	1.254	29.093

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.017	2.016
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	3.454	276
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	894	2.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	894	411
Depreciação e amortização	-	2.487
Resultado Ajustado do Exercício	4.348	3.174
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(2.272)	(1.398)
Consumidores	(483)	(546)
Rendas a receber	-	73
Tributos a compensar	(396)	(896)
Outros créditos	(172)	(275)
Estoques	83	112
Premios de seguros	4	(6)
Serviço em curso	(660)	(100)
Subsídios tarifários e redução tarifária	(1.551)	388
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	903	(147)
Aumento(redução) no passivo circulante	1.413	278
Fornecedores	6.621	(4.146)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	35	(83)
Tributos e contribuições sociais	(2.043)	(193)
Credores diversos	(946)	770
Obrigações estimadas	53	34
Encargos do consumidor a recolher	(1.718)	191
Outras contas a pagar	(161)	274
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	627	456
Provisão para contingências	(92)	183
Depósitos judiciais	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(17)	(13)
Participação financeira do consumidor	1.011	335
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	(1.957)	2.471
Caixa oriundo das atividades operacionais	3.489	2.054
Atividades de investimento		
Aumento nos investimentos	(7)	(5)
Aplicações no intangível	(1.637)	(3.724)
Total das atividades de Investimento	(1.644)	(3.729)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	57	29
Reservas de capital	-	269
Ajuste de Avaliação Patrimonial	385	(561)
Redução da reserva de fates	(64)	-
Emprestimos e financiamentos	(2.570)	(179)
Total das atividades de Financiamento	(2.192)	(442)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(347)	(2.117)
Saldo inicial de caixa	1.928	4.045
Saldo final de caixa	1.581	1.928
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(347)	(2.117)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

-

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONAD - DVA

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Valor Adicionado - DVA - dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2017	2016
Receitas	108.103	110.832
Venda de energia e serviços	44.301	51.057
Uso do sistema de distribuição	48.510	50.138
Receita de construção	5.373	4.793
Locação de postes	798	697
Doações, Contribuições e Subvenções	10.962	4.170
Serviços e outras receitas	252	729
Receitas de ultrapassagens	(1.057)	(332)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.036)	(420)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	59.139	59.219
Insumos consumidos	48.025	48.660
Serviços de terceiros	3.356	3.382
Materiais	897	1.454
Custo de construção	5.373	4.793
Outros	1.488	930
(=) Valor adicionado bruto	48.964	51.613
(-) Quotas de reintegração	2.538	2.487
Depreciação, amortização e exaustão	2.538	2.487
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	46.426	49.126
(+) Valor adicionado recebido em transferência	1.552	2.234
Receitas financeiras	1.552	2.234
(=) Valor adicionado total a distribuir	47.978	51.360
Distribuição do valor adicionado	47.978	51.360
Pessoal	6.720	6.958
Remuneração direta	4.978	5.198
Auxílio alimentação	564	560
Assistência médica/Plano de saúde	325	309
Encargos sociais exceto INSS	799	815
Outros	54	75
Governo	32.633	39.929
Federais	10.231	17.286
INSS (Folha de pagamento)	1.136	1.148
Imposto de renda e Contribuição social	21	-
PIS/COFINS	711	676
Encargos do consumidor	8.363	15.462
Estaduais	22.366	22.618
ICMS	22.366	22.618
Municipais	36	25
ISSQN	36	25
Remuneração de capital de terceiros	5.171	4.198
Outras despesas financeiras	5.171	4.198
Remuneração de capitais próprios	3.454	276
Sobras/Perdas do exercício	3.454	276
Valor adicionado (médio) por empregado	461	529

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna, atendendo a 37.096 consumidores cativos e 06 consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas

adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015

Ao final de cada período a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL emite despachos que são levados em consideração para a adequada apresentação destas demonstrações. Para o exercício de 2017 a ANEEL emitiu o despacho de encerramento nº 4.356/2017.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para

contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor

justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Permissionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Permissionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Permissionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

B) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

C) CONSUMIDORES A RECEBER

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) SUBSÍDIOS ELETROBRÁS A RECEBER

São valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, e também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, valores estes homologados na resolução homologatória nº 1.931, de 11 de agosto de 2015 e despachos posteriores.

Para o período de 2017 houve regulamentação do cálculo da subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga de mercado das cooperativa de eletrificação rural. Em relação a este subsídio a Cooperaliança não obteve recebimentos.

E) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

F) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

G) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis societárias das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão N° 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “12” e “24” respectivamente, a partir desta data.

H) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

I) CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser

ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2017, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento líquido positivo de R\$ 805 mil no imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

J) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

K) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) *Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d) *Bandeiras Tarifárias*

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,010 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,050 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

L) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da

concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

M) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores e outros débitos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário Disponível	2017	2016
Caixa	2	1
Bancos	1.034	1.145
TOTAL	1.036	1.146

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2017	2016
Numerário	226	479
TOTAL	226	479

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2017	2016
Bradesco S/A	CDB	diário	10% a.a	101	14
Caixa Econômica Federal	Renda Fixa	diário	Variável	-	85
Caixa Econômica Federal	Poupança	diário	Variável	49	54
Banco Santander	FIC Curto Prazo	Diário	Variável	6	-
Banco Safra S/A	Vinculada	Diário	Variável	163	151
TOTAL				319	304

7 CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2017	2016
Faturados	37.102	36.546
TOTAL	37.102	36.546

a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2017	2016	2017	2016
Residencial	2.017	541	590	3.148	(626)	(562)	2.522	3.111
Industrial	3.277	319	1.649	5.245	(2.355)	(1.608)	2.890	3.354
Comercial	1.611	237	579	2.427	(471)	(343)	1.956	1.641
Rural	562	122	93	777	(91)	(91)	686	888
Poder público	66	-	7	73	(7)	(7)	66	123
Iluminação pública	347	20	156	523	(137)	(139)	386	373
Serviço público	66	-	-	66	-	-	66	83
Renda não faturada	2.384	-	-	2.384	-	-	2.384	3.546
Subtotal - consumidores	10.330	1.239	3.074	14.643	3.687	(2.750)	10.956	13.119
Serviço taxado	21	22	30	73	(29)	(24)	44	60
Participação financeira	-	-	4	4	-	(4)	4	-
Parcelamentos	287	292	656	1.235	(411)	(388)	824	976
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
Desconto TUSD cons. Livre	3.095	-	-	3.095	-	-	3.095	1.246
TOTAL - CIRCULANTE	13.733	1.553	3.772	19.058	(4.127)	(3.166)	14.931	15.409

Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	1.406	1.406	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	1.406	1.406	-	-	1.406	1.406

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o Manual de contabilidade de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda.

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 431/2011 e nº 572/2013.

8 RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2017	2016
Outras Rendas		
Multas p/ atraso	115	126
Tarifa de correio	10	1
Juros de mora	74	78
Custo Administrativo	26	23

Atualização monetária	23	22
Renda de serviço de arrecadação	16	14
TOTAL	264	264

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2017	2016
ICMS sobre o ativo imobilizado	92	107
ICMS (faturas cancelados)	1.373	1.099
COFINS	-	1
Saldo negativo de CSLL	72	29
IRRF	71	58
Saldo negativo de IRPJ	143	34
TOTAL	1.751	1.328

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2017	2016
ICMS sobre ativo imobilizado	110	137
TOTAL	110	137

10 OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2017	2016
Empregados	79	38

Serviços prestados a terceiros	95	98
Equipamentos em poder de terceiros	400	260
Equipamentos em poder de terceiros em nosso poder	6	6
Parcelamento	568	588
Cheques em cobrança	79	79
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	259	274
Cheques sem Custódia	8	8
Associação dos Funcionários	-	2
Desativações em Curso	63	46
Outros	33	33
TOTAL	1.590	1.432

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2017	2016
Consórcio Nacional Volkswagen	42	28
Empregados	37	37
TOTAL	79	65

11 DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2017	2016
Subsídios tarifários e redução da tarifária	2.207	656
TOTAL	2.207	656

- **Subsidio – Eletrobrás - CDE** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação

dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de Abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº 2.292, de 22 de agosto de 2017, e nota técnica nº 250/2017 – SGT/ANEEL.

12 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2017	2016
Provisão para devedores duvidosos	4.126	3.166
Provisão PCLD – outros Créditos	565	565
Provisão PCLD – rendas a receber	99	165
TOTAL	4.790	3.896

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução normativa nº. 605, de 11 de março de 2014, item 6.3.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Plano de ação para recuperação de receita de energia em atraso a mais de 90 dias extrajudicialmente, oferecendo desconto progressivos de multa, juros e correções monetárias de acordo com o número de parcelas solicitadas.

Parcelas por classes:

- Residência, Rural e Baixa Renda em até 12 parcelas.
- Industrial e Comercial em até 36 parcelas.
- Poder Público em até 12 parcelas.

13 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2017	2016
Almoxarifado em serviço	48	47
Almoxarifado Sucata	79	45
Adiantamento Eletrobrás - PROINFA	-	118
Adiantamento a fornecedores	3	3
TOTAL	130	213

14 SERVIÇOS EM CURSO

Serviços prestados a terceiros	Legislação Societária	
	2017	2016
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	341	220
Programa de Eficiência Energética – PEE	908	314
Serviços prestados a terceiros		56
Serviços de Manutenção em Linhas e Redes	1	-
TOTAL	1.250	590

15 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2017	2016
Seguros de equipamentos	9	11
Seguros de prédios	-	1
Seguros de veículos	8	9
TOTAL	17	21

16 CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A

	Legislação Societária	
	2017	2016
CVA-CDE	18	1
CVA-PROINFA	17	153
CVA-Compra de Energia	1.484	2.268
TOTAL	1.519	2.422

17 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2017	2016
Trabalhistas	33	33
TOTAL	33	33

18 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2017	2016
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	13	13
Unicred	4	4
Acicred	26	20
Cresdisulca	3	2
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
Maquinas e Equipamentos	2	1
TOTAL	2.152	2.145

19 IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte forma:

		2016	Adições (Depreciação)	Baixas	2017
Imobilizado	Ajuste de avaliação patrimon.	7.461	993	-1.331	7.123
	Edificações	2.283	0	0	2.283
	Intangíveis	300	0	0	300
	Licenças e softwares	-89	5	0	-84
	Maquinas e equipamentos	60.931	4.176	-1.650	63.456
	Moveis e utensílios	417	3	0	420
	Servidões	300	0	0	300
	Sistemas e outros	484	0	0	484
	Terrenos	2.431	0	0	2.431
	Veículos	856	58	0	914
Imobilizado Total		75.375	5.235	-2.981	77.628

Depreciação	Ajuste de avaliação patrimonial.	-13.670	-778	1.284	-13.164
	Edificações	-626	-65	0	-691
	Licenças e softwares	-172	-11	0	-183
	Maquinas e equipamentos	-18.363	-2.200	723	-19.840
	Moveis e utensílios	-182	-19	0	-201
	Servidões	0	0	0	0
	Veículos	-514	-75	0	-588
Depreciação Total		-33.526	-3.148	2.006	-34.667
	Contas em Curso	1.806	17.112	-16.571	2.347
Contas em Curso Total		1.806	17.112	-16.571	2.347
Total Geral		43.655	19.200	-17.545	45.308

	R\$ (Mil)
Ativo Indenizável (Concessão)	868
Intangível	44.440
Total	45.308
Ativo imobilizado (Regulatório)	45.308

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

20 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2017	2016
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	15.046	9.463
Materiais e serviços	3.404	2.366
TOTAL	18.450	11.829

21 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2017	2016
Diretores	13	13
Empregados	214	194
Pensões Judiciais descontadas	2	2
Sindicato	3	4
Convênios/repasses descontados dos funcionários	36	20
TOTAL	268	233

22 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2017	2016
Circulante		
ICMS normal	167	303
ICMS parcelamentos	758	2.555
Imposto de renda	129	18
PIS a recolher	12	10
COFINS a recolher	55	48
ISS – Imposto Sobre Serviço	7	9
INSS empresa	101	270
INSS autônomos	4	2
FGTS	51	47
INSS prestadores de serviços	24	66
PIS	8	7
Contribuição social	50	5
Contribuição Social - Empregados	39	107
Imposto de Renda - Empregados	61	53
Contribuição Social – Diretor	3	7
Outros	-	5
TOTAL	1.469	3.512

23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

23.1 CIRCULANTE

					Legislação Societária	
Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2017	2016
Caixa Econômica Federal	20.1785.737.00008-94	3	1,57% am	18/02/2019	1.167	1.167
Sicred Coop. Crédito	B50331366-0	2	0,92% a.m	13/05/2018	1.140	567
Banco Reg. Desenv. Ext. -BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	-	179
Banco Reg. Desenv. Ext. – BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	1.339	1.160
Banco Safra	147002103308	2	1,55% a.m	02/05/2017	1.969	693
Banco Santander	0006990	2	1,55% a.m	29/12/2018	373	287
Sicred Coop. Crédito (W1)			1,60 % a.m		-	499
Caixa Econômica Federal (W1)			15,15 % a.m		-	7
Banco Itaú (W1)			6,40 % a.m		-	-
Bradesco S/A (W1)		3	1,69 % a.m		99	487
TOTAL					6.087	5.046

23.2 NÃO CIRCULANTE

					Legislação Societária	
NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2017	2016
Sicred Coop. Crédito	B50331366-0	2	0,92% a.m	13/05/2018	-	-
Caixa Econômica Federal	20.1785.737.000008-94	3	1,57% am	18/02/2019	261	1.361
Banco Safra	147002103308	2	1,55% a.m	02/05/2017	74	919
Banco Santander	0006990	2	1,55% a.m	29/12/2018	-	341
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21360	3	4,5% a.a	15/04/2020	-	422
Banco Reg. Desenv. Ext.						

- BRDE	21359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	1.803	2.706
TOTAL					2.138	5.749

Garantias

1 – Caução

2 – Aval

3 – Alienação fiduciária

4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M ²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

24 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2017	2016
Consumidores	80	206
Créditos de ICMS	2.176	3.312
Recuperação Judicial	45	40
Fecoerusc	6	-
Cheques a Compensar	156	-
Outros créditos	415	266
TOTAL	2.878	3.824

**CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA
PARCELA A**

	Legislação Societária	
	2017	2016
CVA-Proinfa	68	-
CVA - CDE	1.452	2.806
Passivo Regulatório	1.376	1.376
Bandeiras tarifárias	-	671
TOTAL	2.896	4.853

25 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2017	2016
Tributos e contribuições sociais	-	208
Folha de pagamento	796	535
TOTAL	796	743

26 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2017	2016
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	*	496
PROINFA	118	134
Repasse à conta CCBRT – bandeiras	1.228	2.434
Encargos tarifários	48	48
TOTAL	1.394	3.112

27 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2017	2016
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	25	26
Pesquisa e desenvolvimento – MME	13	13
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	897	702
Programa de Eficiência Energética	2.271	1.838
TOTAL	3.206	2.579

28 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2017	2016
Encargos tarifários		-
Convênios	18	17
Taxa de fiscalização	-	7
Cosip	414	570
Outras	10	10
TOTAL	442	604

29 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

30 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contingência	Valor da Provisão		2017	Valor da Provisão		2016
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais				-	-	-
Cofins	-	1.064	-	-	1.064	-
Pis	-	231	-	-	231	-
Subtotal	-	1.295	-	-	1.295	-
Contingência	Valor da Provisão		2016	Valor da Provisão		2015
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	91	192	33	41	101	33
Subtotal	91	192	33	41	101	33
Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	183	183	-
Subtotal	-	-	-	183	183	-
TOTAL	91	1.487	33	183	1.579	33

30.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta

condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

30.2 Trabalhistas

Encontram-se em andamento reclamatórias cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçados pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 936 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como “Prováveis”, chegam ao valor de R\$ 192 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

31 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifária da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

			Legislação Societária	
Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2017	2016
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	383	(96)	287	302
Ajuste de avaliação patrimonial	139	(32)	107	113
Programa de Eficiência Energética	55	(12)	43	46
Pesquisa e Desenvolvimento	532	(80)	452	473
Ultrapassagens de Demanda e Reativo	2.172	-	2.172	1.116
TOTAL	3.281	(220)	3.061	2.050

32 DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2017, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores		
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		217
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8		-
Sobras líquidas do exercício		3.454
Total das sobras/perdas		3.671
Resultado com associados		3.405
Resultado com não associados		49
Resultado do exercício		3.455

Base para destinações legais e estatutárias		3.582
Fundo de reserva legal	10%	358
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	179
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	1.791
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	89
Total das destinações estatutárias		2.417
Sobras à disposição da AGO		1.254

33 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.463, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscientos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2017	2016
Capital Subscrito	1.520	1.467
(-) Capital a Integralizar	(57)	(61)
TOTAL	1.463	1.406

33.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2017	2016
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	873	873

33.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2017	2016
Ajuste de avaliação patrimonial	1.714	1.546
TOTAL	1.714	1.546

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	1.546
Bens baixados no período	(637)
Realização do AVP	805
Saldo Final	1.714

33.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2017	2016
Reserva legal	7.061	6.703
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	289	85
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	14.920	12.774
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	1.254	355
TOTAL	25.043	21.436

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas

no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 15 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral.”**

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

34 RECEITA OPERACIONAL

34.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Consumidores						
Residencial	31.583	31.114	55.009	52.292	16.182	17.820
Industrial	183	176	41.569	46.269	3.559	12.553
Comercial	2.441	2.362	30.359	23.489	8.051	8.342
Rural	2.664	2.646	12.054	11.262	2.426	2.626
Poder público	196	221	1.548	1.536	480	546
Iluminação pública	04	04	10.774	10.774	1.827	2.002
Serviço público	18	16	2.065	2.146	499	689
Consumo próprio	07	07	127	117	-	-
TOTAL		36.546		147.886	33.024	44.578

34.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2017	2016
Consumidores		
Residencial	16.411	16.899
Industrial	17.791	19.194
Comercial	8.468	8.135
Rural	2.591	2.510
Poder público	493	515
Iluminação pública	2.226	2.404
Serviço público	530	481
TOTAL	48.510	50.138

34.3 Fornecimento não Faturado

	Legislação Societária	
	2017	2016
Fornecimento não Faturado	(1.162)	1.201
TOTAL	(1.162)	1.201

34.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução

	Legislação Societária	
	2017	2016
Repasse à Conta CCBRT	(380)	-
TOTAL	(380)	-

34.5 Consumidores Livres

	Legislação Societária	
	2017	2016
Industrial	12.491	4.967
TOTAL	12.491	4.967

34.6 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2017	2016
Doações, contribuições e subvenções	10.962	4.170
TOTAL	10.962	4.170

34.7 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2017	2016
Serviços Taxados	328	311
TOTAL	328	311

35 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

35.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2017	2016
ICMS	22.366	22.618
PIS-PASEP	127	120
COFINS	584	556
ISSQN	36	25
TOTAL	23.113	23.319

35.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2017	2016
Programa de Eficiência Energética - PEE	358	331
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.574	14.455
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	358	331
Taxa de fiscalização	73	82
Repasse à conta CCBRT - Bandeiras	-	263
TOTAL	8.363	15.462

35.3 Receitas de Ultrapassagens

	Legislação Societária	
	2017	2016
Receitas de Ultrapassagens	1.057	332
TOTAL	1.057	332

36 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2017	2016	2017	2016
Celesc Distribuição S/A	219.700	168.528	40.722	43.930

37 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação Societária	
	2017	2016
Celesc Distribuição S/A	7.303	4.730

38 DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2017	2016
Remunerações (incluídos diretores R\$ 485)	5.031	4.745
Encargos sociais	2.000	1.829
Auxílio alimentação	674	606
Convênio assistencial e outros benefícios	388	335
Roupas profissionais	21	54
Seguros	-	8
Auxilio Transporte	5	3
Capacitação e treinamento	36	16
Provisões	1.229	1.140
(-) Transferência para ordens em curso	(1.528)	(631)
TOTAL	7.856	8.105

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoesuc no valor total de R\$ 485 mil.

39 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2017	2016
Receitas financeiras	1.552	2.234
(-) Despesas financeiras	5.171	4.198
TOTAL	(3.619)	(1.965)

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2017	2016
Receitas de aplicações financeiras	64	104
Encargos financeiros sobre energia	789	894
Outras – Receitas financeiras	384	461
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	79	152
Descontos Obtidos	173	420
Atualização Monetária	63	203
TOTAL	1.552	2.234

Despesas financeiras	Legislação Societária	
	2017	2016
Despesas bancárias	665	152
Outras despesas	166	67
Juros ICMS	64	1.003
Multa indicadores de continuidade	8	13
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	3	2

Multas moratórias	17	-
Multas compensatórias/Sancionatórias	3	5
Juros Fornecedores	2.709	822
Juros sobre financiamentos	1.248	1.718
Despesas SELIC P&D e PEE	210	243
Multas – IR/CSLL	5	-
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	73	173
TOTAL	5.171	4.198

40 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2017	2016
Associados	84.336	87.564
Não associados	18.380	17.802
TOTAL DA RECEITA	102.716	105.366

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2017 foi positivo tivemos como base de calculo para Imposto de renda e Contribuição social R\$ 85 mil, assim tivemos R\$ 8 mil de contribuição Social e R\$ 13 mil de Imposto de Renda.

41 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

42 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Caixa Seguradora e Safra Vida e Previdência S/A.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante e 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R\$572,00 (quinhentos e setenta e dois reais).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ErgoMedicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

43 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada

no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

44 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	05/01/2018 a 05/01/19 12/01/2018 a 12/01/2019	1.630
Equipamentos	05/12/2017 a 05/12/2018	1.569
Prédios	10/03/2017 a 10/03/2018	3.800

45 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

46 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de Reajuste Tarifário – IRT Agosto/2018

Jorge Rodrigues
Presidente

Cleber L. O. da Silva
Secretário

Daniel Zanolli Vieira
Contador CRCSC.030661/O-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da **Cooperativa Aliança - Cooperaliança**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária** a se realizar no dia **9 de março de 2018**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, rua Duque de Caxias, 147, Centro, Içara SC, por não haver acomodações na sede administrativa. A primeira convocação se dará às **17h** com a presença de 2/3 de seus associados, às **18h** em segunda convocação com a presença de metade mais 01 (um) de seus associados ou às **19h** em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2017, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal.

- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício.

- 3) Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal, período 2018.

- 4) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.

- 5) Plano de investimentos para o exercício de 2018.

6) Plano de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).

7) Assuntos gerais.

a) Para efeito de Verificação de “quórum” a Cooperativa possui 37.743 associados.

b) A Assembleia Geral Ordinária permanecerá aberta e se prolongará até dia **10 de março de 2018** (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.

c) A eleição constante no item 03 (três), deste edital, terá início às 8h do dia **10 de março de 2018** e se encerrará às 17h do mesmo dia.

d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, Rua Duque de Caxias, 147, Centro, Içara SC. Onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto.

e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal, deverão compor chapas e inscrevê-las junto à secretaria geral da Cooperaliança até as 18h, do dia **28 de fevereiro de 2018**.

f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.

g) Os documentos a serem apreciados no item 01 (um) da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **28 de fevereiro**, na sede Administrativa e através do endereço eletrônico www.cooperalianca.com.br.

h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento com fotografia que o identifique e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.

i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal.

j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.

k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **9 de março de 2018** deverão ser comprovados com a apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria **da assembleia/eleição**.

l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **10 de março de 2018** não habilitam a exercer direito de voto.

Içara SC, 15 de fevereiro de 2018.



JORGE RODRIGUES
PRESIDENTE.

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral e Produção

Daniel Vieira- Contador

Supervisão

Reginaldo de Jesus – Gerente Administrativo

Colaboração

Edmilson Maragno - Departamento Técnico

Mateus Dalmolin / Ana Paula Cardoso - Departamento Comercial

Rafael Bacis– Departamento TI

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos e Segurança do trabalho

Mariéli Salvador – Departamento de Comunicação

Auditoria

Müller Auditores Independentes S.S.

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Resolução ANEEL 396/10

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC

Estatuto Social da Cooperaliança.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software